

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): INTERSECÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO COM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS**

**PRIVATE PARTNERSHIPS IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND
TECHNOLOGICAL EDUCATION (EPT): INTERSECTIONS OF THE WORLD OF
WORK WITH NEOLIBERAL POLICIES**

**LAS ASOCIACIONES PÚBLICO-PRIVADAS EN EL CONTEXTO DE LA
EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA (EPT): INTERSECCIONES
ENTRE EL MUNDO DEL TRABAJO Y LAS POLÍTICAS NEOLIBERALES**

Salatiel da Rocha Gomes¹

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar as implicações das parcerias público-privadas (PPP) na democratização e ampliação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, focando nas inter-relações entre o setor público e o privado na oferta de EPT. O estudo evidencia a forte presença de ideologias neoliberais que permeiam as iniciativas de PPP, caracterizando uma tendência crescente de privatização e mercantilização da educação. A pesquisa revela que a lógica neoliberal, com ênfase na eficiência de mercado e na redução do papel do Estado, tem predominado na formação dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa tendência influencia diretamente a gestão das ofertas educacionais e a estruturação dos currículos, orientando-os mais para as demandas imediatas do mercado de trabalho do que para uma formação integral e crítica dos estudantes. A análise crítica das PPPs na EPT demonstra que, embora essas parcerias possam contribuir para a ampliação do acesso à educação, elas também tendem a reproduzir e reforçar desigualdades sociais e econômicas. A predominância da lógica privada na gestão das ofertas educacionais frequentemente resulta em uma formação técnica

¹ Realiza Estágio pós-doutoral em Educação (Universidade de Passo Fundo); Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia; Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas – Campus ISB/Coari. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8877-2969>. E-mail: salatielrocha@yahoo.com.br

² Pós-Doutora em Educação, Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. Pesquisadora Pq/CNPq. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6918-2899>
E-mail:rosimaresquinsani@upf.br



voltada para a empregabilidade em curto prazo, em detrimento de uma educação emancipatória que promova o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Conclui-se que, apesar das possíveis vantagens das PPPs em termos de recursos e infraestrutura, é crucial que as políticas educacionais sejam orientadas por princípios de justiça social e equidade. Somente assim será possível garantir que a EPT contribua de maneira significativa para a democratização da educação e para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Parcerias Público-Privadas. Privatização

ABSTRACT:

This article aims to analyze the implications of public-private partnerships (PPPs) in the democratization and expansion of Professional and Technological Education (EPT) in Brazil. To this end, a state-of-the-art bibliographic research was conducted, focusing on the interrelations between the public and private sectors in the provision of EPT. The study highlights the strong presence of neoliberal ideologies that permeate PPP initiatives, characterizing a growing trend towards the privatization and commodification of education. The research reveals that neoliberal logic, with an emphasis on market efficiency and the reduction of the state's role, has predominated in the training of workers. This trend directly influences the management of educational offerings and the structuring of curricula, orienting them more towards the immediate demands of the labor market rather than towards comprehensive and critical education for students. The critical analysis of PPPs in EPT demonstrates that, although these partnerships can contribute to expanding access to education, they also tend to reproduce and reinforce social and economic inequalities. The predominance of private logic in managing educational offerings often results in technical training geared towards short-term employability, to the detriment of emancipatory education that promotes the full development of individuals. The conclusion is that, despite the potential advantages of PPPs in terms of resources and infrastructure, it is crucial that educational policies be guided by principles of social justice and equity. Only then will it be possible to ensure that EPT significantly contributes to the democratization of education and the formation of critical and autonomous citizens.

Keywords: Professional and Technological Education, Public-Private Partnerships, Privatization.



RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las implicaciones de las asociaciones público-privadas (PPP) en la democratización y ampliación de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) en Brasil. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica de tipo estado del arte, enfocándose en las interrelaciones entre el sector público y el privado en la oferta de EPT. El estudio evidencia la fuerte presencia de ideologías neoliberales que impregnan las iniciativas de PPP, caracterizando una tendencia creciente hacia la privatización y mercantilización de la educación. La investigación revela que la lógica neoliberal, con énfasis en la eficiencia del mercado y la reducción del papel del Estado, ha predominado en la formación de trabajadores y trabajadoras. Esta tendencia influye directamente en la gestión de las ofertas educativas y la estructuración de los planes de estudio, orientándolos más hacia las demandas inmediatas del mercado laboral que hacia una formación integral y crítica de los estudiantes. El análisis crítico de las PPP en la EPT demuestra que, aunque estas asociaciones pueden contribuir a la ampliación del acceso a la educación, también tienden a reproducir y reforzar desigualdades sociales y económicas. La predominancia de la lógica privada en la gestión de las ofertas educativas a menudo resulta en una formación técnica orientada a la empleabilidad a corto plazo, en detrimento de una educación emancipadora que promueva el desarrollo pleno de los individuos. Se concluye que, a pesar de las posibles ventajas de las PPP en términos de recursos e infraestructura, es crucial que las políticas educativas estén orientadas por principios de justicia social y equidad. Solo así será posible garantizar que la EPT contribuya de manera significativa a la democratización de la educación y a la formación de ciudadanos críticos y autónomos.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica. Asociaciones Público-Privadas. Privatización

INTRODUÇÃO

As políticas neoliberais, emergentes a partir das décadas de 1970 e 1980, promovem a ideia de que a economia deve ser regida principalmente pela iniciativa privada, minimizando a intervenção do Estado em setores sociais, incluindo a educação. Essas políticas enfatizam a eficiência, a competitividade e a privatização, argumentando que a desregulamentação e a liberalização econômica levam ao

crescimento e à inovação. No contexto da educação, isso se traduz em um maior envolvimento do setor privado, na busca por parcerias público-privadas e na adoção de práticas de mercado, que podem priorizar a formação técnica alinhada às demandas do setor privado em detrimento de uma educação ampla e crítica.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como modalidade de ensino, tem ampliado, significativamente, a quantidade de ofertas de vagas em todos os seus segmentos, ainda que não tenha alcançado a meta definida no Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014-2024, ou seja, a de triplicar a oferta de vagas nesse período, e de forma especial, que essa expansão acontecesse em 50% na rede pública.

No entanto, vários e velhos problemas ainda se destacam para o não alcance de tal meta, como a falta de um alinhamento das ofertas com o mundo do trabalho, o acompanhamento insuficiente da política de EPT pelos diferentes órgãos, a falta de um financiamento próprio para essa modalidade de ensino e a ausência de um sistema efetivo de avaliação de todas as ofertas, considerando que hoje sequer temos clareza dos números e cursos ofertados na EPT. A tabela abaixo evidencia a expansão da EPT, no cenário nacional.

Tabela 1: Número de Matrículas na EPT, por modalidade (2019-2023)

Ano	Modalidade					FIC
	Total	Ensino Médio			EJA	
		Integrada	Prof. conc.	Prof. sub.		
2019	1.914.749	623.178	252.221	962.825	36.750	39.775
2020	1.936.094	688.689	236.320	936.547	39.921	34.617
2021	1.892.458	726.991	248.066	836.040	40.444	40.917
2022	2.152.506	794.955	287.320	947.905	39.591	82.735
2023	2.413.825	823.587	331.514	1.078.193	38.313	142.218

Fonte: Brasil (2024)

A tabela de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) entre 2019 e 2023 evidencia um crescimento significativo, com um aumento de 1.914.749 em 2019 para 2.413.825 em 2023. Contudo, essa expansão não é uniforme, pois há uma acentuada disparidade na oferta de EPT entre diferentes regiões do Brasil. Regiões

mais carentes e rurais enfrentam dificuldades de acesso aos programas, o que compromete a equidade de oportunidades e limita o potencial de desenvolvimento dos estudantes, perpetuando desigualdades sociais e econômicas no país.

Um dos documentos específicos e muito utilizado para operacionalização dessas ofertas é o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT (Brasil, 2020), o qual em sua versão mais atual apresenta 13 eixos tecnológicos e 215 cursos técnicos. Sob a égide da necessidade de formação de mão-de-obra qualificada para o “mercado de trabalho”, muitas instituições de ensino vêm formando profissionais em todos os segmentos da EPT sejam eles, nos níveis básico, técnico ou tecnológico. Tais cursos estão acontecendo em vários formatos de ensino, os quais, sequer são avaliados pelas próprias instituições ou por órgãos reguladores. Existe, assim, indiscutivelmente, um “movimento” de inclusão excludente, uma intersecção contraditória, como bem coloca Kuenzer (2007), sendo consideradas pela autora da seguinte forma: “meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética” (Kuenzer, 2007, p. 1167).

Destaca-se, ainda, nos problemas citados anteriormente, a falta de um sistema de avaliação nacional em larga escala da EPT. O que temos visto é o esforço de algumas instituições públicas e privadas em realizarem práticas de avaliação por meio de instrumentos, sejam eles qualitativos ou pesquisas de opinião do tipo *surveys*³. De fato, a partir do levantamento bibliográfico há poucos as pesquisas que demonstrem a efetividade dos cursos de EPT no mundo do trabalho, ou mesmo, a “qualidade” de tais cursos.

É substancial apontar as dificuldades na formação de professores para a EPT e a baixa articulação dos currículos com as complexidades do mundo do trabalho, em uma perspectiva politécnica, que supere as dicotomias e correntes hegemônicas, as

³ *Surveys*, ou pesquisas por questionário, são métodos de coleta de dados usados em pesquisas sociais, de mercado/marketing e acadêmicas. Elas consistem em questionários estruturados, aplicados de forma presencial, por telefone ou online, para obter informações de um grupo específico sobre opiniões, comportamentos, experiências ou características demográficas.

quais durante muito tempo fizeram parte da abordagem “técnica e instrumental” da EPT.

Todavia, existe uma comunidade de pesquisadores (Barato, 2015; Moraes, 2020; Ramos, 2001; Allain *et al.*, 2021), que consideram importante um olhar diferenciado para a EPT, com pressupostos teóricos e metodológicos específicos. Delineia-se, inclusive, a necessidade de uma epistemologia própria da EPT.

Nesse processo de ampliar e fortalecer a EPT, em seus múltiplos processos e enfoques, há um aspecto que nos chama a atenção, o qual vem se estabelecendo fortemente durante a execução de cursos: o das parcerias público-privadas. Essas parcerias são nitidamente justificadas pela necessidade de articulação com o mundo do trabalho, melhor gestão dos recursos financeiros ou mesmo para garantir momentos de prática profissional aos estudantes no ambiente real de trabalho.

Uma ideia básica dessa articulação público-privada é que as experiências dos processos de gestão do privado podem contribuir significativamente na melhoria e otimização dos recursos provenientes e destinados à Educação. Além disso, pode reduzir gastos desnecessários e investir na ampliação de vagas, de forma a atender às demandas de formação inicial e continuada de trabalhadores/as. É necessário mencionar, como contraponto, que enquanto as entidades públicas buscam proporcionar educação acessível e de qualidade para todos os cidadãos, as empresas privadas envolvidas nas parcerias público-privadas frequentemente visam ao lucro, como apontam os autores abaixo:

Neste sentido, “a autonomia e a gestão estão vinculadas à cobrança de prestação de contas os resultados produtivistas, pautados na concepção de qualidade total”. Além disso, é exercido controle sobre o resultado produzido, fator este que reforça a aproximação das instituições educativas do modelo de grupo empresarial (Ribeiro e Chaves, 2012, p. 10).

Tomando esse argumento como ponto de partida, apresentamos duas questões centrais para uma discussão da EPT na intersecção com o objeto de estudo - a relação com a parceria público-privada, a saber: Como a relação público-privada no

contexto da Educação Profissional e Tecnológica é apresentada nas teses e dissertações que constam no diretório de pesquisas da Capes? Quais os pontos e contrapontos mencionados pelos pesquisadores dessa articulação público - privada?

Como desdobramento de tais perguntas, o objetivo deste texto é o de analisar as implicações da relação público-privada para a democratização e ampliação da Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, em um primeiro momento, discorreremos sobre enfoques da EPT relacionados à privatização de suas ofertas, gestão e Curricularização. Em seguida, apresentaremos um estudo bibliográfico, do tipo estado da arte, realizado a partir de teses e dissertações da Capes. Buscamos, por fim, apontar implicações, características e reverberações dessa articulação público-privada na expansão e democratização da Política Pública Nacional de EPT.

ESTRATÉGIAS DE PRIVATIZAÇÃO NA EPT: OFERTAS, GESTÃO E O EMPOBRECIMENTO DO CURRÍCULO

Ciavatta (2008) destaca uma preocupação cada vez mais acentuada nas ofertas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): a tendência à profissionalização rápida e direcionada. Esta abordagem se manifesta em cursos de qualificação profissional, sejam de formação inicial ou continuada, que são tipicamente de curta duração, oferecidos em diversos formatos (presencial, a distância ou híbrido) e caracterizados por conteúdos restritos. Não há nenhum tipo de “controle” das ofertas de tais cursos, uma vez que não há obrigatoriedade de ato autorizativo pelos órgãos competentes. Via de regra, o que se percebe é uma precarização dessas ofertas, em sua maioria para atender interesses mercadológicos.

Outro problema que identificamos quanto a esses cursos é a falta de uma padronização de carga horária mínima, salvo quando exigidos por conselhos profissionais, como é o caso do Curso de Auxiliar em Saúde Bucal (300h) e o Auxiliar em Veterinária (200h).⁴

⁴ A carga horária de 300 horas recomendada do Conselho Profissional de Odontologia para o curso de Auxiliar de Saúde Bucal está regulamentada por meio da Resolução. CFO-85, de 30 de janeiro de 2009.

De forma geral, para os cursos de qualificação profissional (muito conhecido pela sigla FIC – Formação Inicial e Continuada), há apenas um documento norteador do MEC, o “Guia Pronatec de cursos FIC”, implementado em 2016, o qual apresenta 646 cursos, com cargas horárias mínimas definidas por curso. As instituições de EPT, a partir deste catálogo podem planejar suas ofertas considerando as competências, habilidades, perfil profissional e escolarização mínima⁵.

Um dos modelos de Gestão e Execução das ofertas com parceiros é o de Classes Descentralizadas, executados por algumas redes de EPT, como o Centro Paula Souza, em São Paulo, e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas⁶. As Classes Descentralizadas são caracterizadas por ofertas em espaços cedidos por parceiros para execução de cursos de EPT, buscando uma capilaridade territorial. Algumas dessas ofertas alcançam números de matrículas superiores aos executados pelas Unidades de Ensino próprias das instituições. A execução do Itinerário da formação técnica e profissional do Novo Ensino Médio e as ações do Pronatec são exemplos de ofertas realizadas em classes descentralizadas, nesses casos, utilizando os espaços das secretarias estaduais de educação e instituições do terceiro setor.

Essas classes funcionam como extensões temporárias ou permanentes das instituições principais, oferecendo cursos em locais mais próximos das comunidades, geralmente em parcerias com escolas locais, associações comunitárias ou empresas.

A implementação das classes descentralizadas visa atender à demanda por qualificação profissional em áreas remotas ou periféricas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais no acesso à educação, além de ter maior capilaridade da rede de ensino profissional, facilitando a inclusão de populações que, de outra forma,

Para o curso de Auxiliar em Veterinária a legislação em vigor é a Resolução Nº 1281, de 25 de julho de 2019 do Conselho Federal de Veterinária, que menciona a carga horária de 200 horas (120 teóricas e 80 práticas).

⁵ O Guia Pronatec, implementado pelo Ministério da Educação está disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/publicacoes-guia-pronatec-de-cursos-fic>.

⁶ É importante destacar que essas duas instituições estaduais de EPT possuem uma oferta anual significativa de cursos, com um formato de estrutura organizacional e funções semelhantes, como a autonomia para aprovação dos próprios cursos técnicos.

teriam dificuldade de acessar a formação profissional devido a barreiras geográficas e socioeconômicas. No entanto, a efetividade das classes descentralizadas depende de diversos fatores, como a qualidade da infraestrutura disponível, a qualificação dos docentes e a adequação do currículo às necessidades locais, que nem sempre é possível dada ao currículo macro, institucionalizado nos projetos pedagógicos das instituições.

Avaliando o programa Pronatec, realizado a partir dessas classes descentralizadas, Ramos e Stampa (2016) consideraram que esses cursos afastam a concepção de uma educação como instrumento emancipador e de luta política, superando a ideia muito presente na EPT, que é a predominância significativa ao aspecto do “saber-fazer”, e considerando, pela baixa carga horária, um número baixo e mínimo de conteúdos. Quanto mais curto for o tempo de duração do curso, maior quantidade de trabalhadores estarão disponíveis para o “mercado”. Cabe ressaltar que o Pronatec é um dos programas onde a presença da rede privada é muito marcante. O relato abaixo é bem significativo quanto à parceria público-privada no contexto do Pronatec.

Por meio dessa falsa publicização do privado, há uma destinação de verbas públicas para serem geridas pela gestão privada. Se esses recursos fossem destinados às instituições públicas como investimentos e incrementos no orçamento anual, poderiam ampliar o número de vagas públicas para atender não apenas grupos focais, mas também, de maneira universal, todos aqueles que quisessem acessar uma vaga (Godoi, 2014, p.123).

O empobrecimento do currículo é outro exemplo que evidencia as consequências negativas associadas às estratégias de privatização na EPT. A pressão por resultados financeiros pode levar à adoção de currículos mais restritos e pragmáticos, focados exclusivamente nas habilidades demandadas pelas empresas em curto prazo, em detrimento de uma formação integral e crítica.

Adrião (2018) menciona que a privatização curricular não se refere apenas aos tradicionais processos de compra de insumos e materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos etc.). Trata-se, mais amplamente, da transferência para

o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja, da definição dos desenhos curriculares e metodológicos. Dá-se a origem da formação polivalente, com características bem definidas, como as apontadas abaixo:

No lugar de habilitações, áreas profissionais; no lugar de matérias e disciplinas científicas, bases científicas, tecnológicas e instrumentais desagregadas e isoladas de seus campos originais da ciência; no lugar de conteúdos de ensino, competências gerais para a vida e competências específicas para o trabalho. A perda de importância das habilitações baseadas no corpo de conhecimentos que as definem, aliada à ênfase no trabalho polivalente e na competência dos sujeitos, tornou a regulamentação do exercício profissional sob princípio das corporações um preceito em superação (Ramos, 2014, p. 61).

Moraes, Reis e Alencar (2022) realizaram uma pesquisa sobre a Educação Profissional Paulista e as relações público-privadas na política curricular no Centro Paula Souza (1995-2018) e constataram a presença de vários agentes privados na gestão das ofertas, como: IB Brasil e Google Microsoft (Técnico em desenvolvimento de sistemas, Informática, Informática para Internet, Manutenção e Suporte em Informática, Redes de Computadores e Telecomunicações) e Rede Globo/Fundação Roberto Marinho (Técnico em Administração Empresarial, Gestão de Pequenas empresas e Técnico em Secretaria). Os autores concluem que tais cursos realizados por “encomenda” estão alinhados e executados pela lógica do mercado privado. Araújo (2019) *apud* Moraes, Reis e Alencar (2022, p.14), descreve a forma dessa intervenção curricular por parte de tais agentes privados:

As funções que estruturam as etapas do trabalho (planejamento, execução e controle) ajudam na definição dos componentes curriculares: disciplinas, projetos e atividades, ou seja, as funções que são referências para a organização do trabalho são, conseqüentemente, a base para a elaboração dos currículos de cursos técnicos e tecnológicos. Elas também, em alguns cursos, delimitam os módulos e as certificações. Na formação do técnico as experiências desenvolvidas dentro e fora da ETEC têm um papel importante na construção das competências previstas no currículo, isso porque trabalhamos com a definição de competência profissional.



Podemos perceber, nesse aspecto, a invisibilidade de temáticas ou habilidades nos programas curriculares de EPT, assim como a presença de outras “socioemocionais” como forma de projetar um profissional polivalente, que se adequa às diferentes condições do trabalho, que é capaz de tolerar as frustrações e o estresse, sem reivindicar, criticar ou questionar. A educação para a cidadania, como exemplo dessa obliteração, que inclui direitos humanos, justiça social, e participação política, é frequentemente invisibilizada. A falta de enfoque em cidadania crítica pode limitar a capacidade dos estudantes de se tornarem cidadãos conscientes e engajados.

O currículo da EPT, nesse sentido, promove competências tidas como “socioemocionais”, mas a serviço e alinhada às ideias neoliberais. É outra de subjetivação preconizada e sustentada no processo educacional, o que nos faz considerar que EPT, quando não incorporada a um projeto de educação omnilateral e crítico, pode comprometer um projeto mais amplo voltado para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e cidadã.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo foi realizado por meio da abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte. A abordagem qualitativa é frequentemente utilizada em pesquisas que visam compreender fenômenos complexos e contextos específicos, onde a profundidade e a riqueza dos dados são mais valorizadas do que a sua generalização. A pesquisa qualitativa permite uma exploração detalhada das experiências e perspectivas dos participantes, oferecendo uma compreensão aprofundada dos processos sociais e culturais.

A escolha pela pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte se justifica pela necessidade de mapear e analisar a produção científica existente sobre o tema em questão. Este tipo de pesquisa é essencial para identificar lacunas no conhecimento, tendências emergentes e áreas de consenso e controvérsia dentro de um campo de

estudo. Conforme destaca Ferreira (2002), a pesquisa do tipo estado da arte envolve a sistematização e análise crítica da literatura, proporcionando uma visão abrangente do desenvolvimento teórico e metodológico sobre o tema pesquisado.

Na realização deste estudo, foi fundamental recorrer a obras clássicas e contemporâneas que abordam a metodologia qualitativa e a pesquisa bibliográfica. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a revisão bibliográfica não apenas contextualiza o estudo dentro do campo de conhecimento existente, mas também auxilia na definição de conceitos, hipóteses e direcionamentos para a pesquisa. Além disso, Yin (2015) destaca que a triangulação de fontes bibliográficas pode aumentar a validade e a confiabilidade dos achados de uma pesquisa qualitativa.

Ao utilizar a pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, este estudo se alinha com a prática acadêmica de rigor e excelência, proporcionando uma base sólida para a construção de novos conhecimentos. Conforme salienta Gil (2008), a análise crítica da literatura é um passo fundamental para qualquer investigação científica, pois permite ao pesquisador situar seu trabalho no panorama atual da pesquisa e contribuir para o avanço do conhecimento em sua área de estudo. Assim, a abordagem metodológica adotada neste estudo reforça seu compromisso com a profundidade analítica e a relevância teórica.

Utilizamos como técnica de análises de dados a revisão sistemática da literatura. Esta técnica envolve um processo rigoroso e metodológico de identificação, seleção e análise de trabalhos acadêmicos relevantes sobre um determinado tema ou área de estudo. Os principais passos dessa técnica incluem: definição dos critérios de inclusão e exclusão, busca em bases de dados, seleção e filtragem dos estudos, extração e análise dos dados e síntese e apresentação dos resultados.

CONCEPÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NO CONTEXTO DA EPT: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TESES E DISSERTAÇÕES

Compreendemos que é possível por meio de uma análise bibliográfica, do tipo estado da arte, identificar e mapear o que já vem sendo produzido sobre determinado

objeto de estudo, com o objetivo de ampliar ou ressignificar algumas discussões a partir de outras lentes. Esse inventário de produções nos permite, de certa forma, delimitar algumas questões, apontadas como necessárias por outros pesquisadores.

Para Ferreira (2002, p.258):

O desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Ao colocarmos as palavras-chaves “parceria público-privado e Educação Profissional” na plataforma de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), identificamos um filtro de 59 pesquisas, sendo 42 dissertações de mestrado e 17 teses de doutorado. No entanto, percebemos que nem todas as produções estavam relacionadas a articulação parceria público-privadas e Educação Profissional.

Com o intuito de realizar um melhor filtro para análise, realizamos uma leitura dos resumos de cada trabalho, e reconhecemos a presença de 8 (oito) trabalhos, conforme descrição abaixo. Em boa parte das produções, havia apenas uma citação relacionada à essa articulação público-privado, mas que não era o objeto central das mesmas.

Quadro 1: Mapeamento das Teses e Dissertações (1987-2003)

Título do Trabalho	Ano	Pesquisador	Instituição	Região
As parcerias público-privadas na educação profissional: um estudo sobre o Pronatec no município de Pelotas.	2018	Antônio Cardoso Oliveira	Universidade Federal de Pelotas	Sudeste
Reforma do novo ensino médio: Parcerias Público-Privadas na oferta da Educação Técnica e Profissional.	2022	Marcos Luiz de Franca	Universidade Federal do Rio Grande	Sul
Parceria público privado na Educação Profissional Técnica de	2013	Roseane Nascimento da	Universidade Federal de	Nordeste

Nível Médio no estado de Pernambuco		Silva	Pernambuco	
A relação público-privada na implantação do Pronatec no município de Cáceres-Mt.	2017	Rosani Rios Carvalho	Universidade do Estado de Mato Grosso	Centro-Oeste
A importância das parcerias na Educação Profissional.	2006	Mariluci Alves Martino	PUC-SP	Sudeste
Pronatec, Educação Profissional e a relação público-privada na Amazônia Paraense.	2017	Erbio dos Santos Silva	Universidade Federal do Pará	Norte
O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco: o caso da escola técnica estadual Cícero Dias.	2013	Mércia Rodrigues Farias da Silva	Universidade Federal de Pernambuco	Nordeste
Juventude, trabalho e educação: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em discussão.	2007	Carlos Soares Barbosa	Universidade Estácio de Sá - RJ	Sudeste

Fonte: Banco de Teses da Capes.

Oliveira (2018) ao analisar o projeto de formação do trabalhador que emerge com a política do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec sustentou a tese de que a constituição dessas parcerias público-privadas para oferta da EPT, apesar de favorecer o acesso à educação, forma um tipo de profissional adequado às demandas de um grupo empresarial, pois sustenta o processo pedagógico no “saber fazer”, com pouca reflexão sobre o que se faz, permeada por meio de uma política pública desenvolvida majoritariamente pela iniciativa privada, mas financiada pelo Estado. A autora considerou que as parcerias privadas encaminham o tipo e o profissional que necessita ser formado para atender as demandas do “mercado de trabalho”, ou seja, existe um predomínio da lógica privada no processo de formação dos/as trabalhadores/as. Quanto a esse tipo de formação, moldada por ideais neoliberais, é substancial destacar a seguinte reflexão realizada por Batista e Pereira (2023, p.497). Trata-se, portanto, de ações que buscam:

Disseminar a política da formação profissional como panaceia do estágio atual do neoliberalismo, apresentando uma formação que em nada se aproxima da formação integral; trata-se de uma formação

focada nas insígnias da empregabilidade, emancipação financeira e empreendedorismo. Essa forma articulada, e não integrada, promove novos ajustamentos da futura classe trabalhadora, na qual os ideais das competências como forma de solucionar o problema econômico brasileiro nada mais são que o indicativo de nossa posição diante da Divisão Internacional do Trabalho. Sinalizamos ainda que a maneira acelerada como se articulam o assédio do setor privado na educação e a utilização dos dispositivos públicos e institucionais revelam o papel do Estado no contexto do neoliberalismo e o objetivo da educação profissional como elemento da legitimação das formas contemporâneas do capital.

Franca (2022) ao pesquisar sobre essa interlocução constatou que a Rede Pública de EPT distanciou-se do interesse maior que é a formação integral dos estudantes do Ensino Médio e aproximou-se da oferta de mão de obra ofertada para empresas privadas por intermédio de empresas de Recursos Humanos como forma de equipar operacionalmente as empresas privadas, visando o baixo custo de mão de obra e exploração do aluno como trabalhador.

Ao investigar a respeito da política de expansão do Ensino Técnico no Estado de Pernambuco, no contexto do Programa de Educação Integral (PEI), Silva (2013) sinaliza que o sistema estadual de ensino público de Pernambuco, a partir da última década, desenvolve e institucionaliza uma lógica privatista e mercadológica no sistema educacional, com repercussões diretas na organização curricular. A pesquisadora considera, ainda, que o incentivo à participação da iniciativa privada e a entrada de novos atores para participação nas políticas públicas favorece a permanência do caráter predominantemente privado em certos segmentos da educação, o que não contribui para a reversão da dualidade educacional.

A pesquisa de mestrado de Carvalho (2017) teve como objetivo geral analisar a relação público-privada entre Poder Público Federal (União) e o Senai na implementação do Pronatec em Cáceres, MT, constatando que além dos órgãos que têm como função o controle oficial do financiamento público, órgãos de controle social são necessários para acompanhar, definir regulamentos internos para democratizar o uso de recursos públicos por essas entidades do setor privado. Devido a esses fatos,

compreendeu-se que a parceria público-privada tem sido um mecanismo oportunista do setor privado nas ações do poder público, que enfraquece e minimiza as políticas públicas sociais.

A tese de doutorado de Martino (2006) buscou analisar os impactos das parcerias no trabalho realizado pelas escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. A autora constatou a partir de suas análises que as parcerias, para os gestores, representam uma resposta às transformações sociais, contribuindo para uma formação mais “realista”, tendo em vista que as escolas não possuem todos os materiais e equipamentos, ou estruturas necessárias para uma formação profissional mais completa. O ponto de vista e intersecção encontrada pela pesquisadora com a EPT é que as parcerias possuem muitas potencialidades, sobretudo, para uma educação alinhada às mudanças tecnológicas do mundo do trabalho.

Silva (2017) em sua pesquisa delineou o seguinte problema de investigação: Como se explica a preferência do governo brasileiro em investir prioritariamente em instituições privadas em detrimento das públicas na oferta de Educação Profissional por meio do Pronatec na Amazônia Paraense? O autor, ao longo de sua tese, faz várias críticas ao modelo adotado, desalinhado, inclusive, a perspectiva inicial, que seria uma formação emancipatória. O pesquisador descreve que o Pronatec apenas reproduziu a lógica capitalista, realizando cursos livres com foco na mecanização do processo de trabalho, com treinamentos que fortalecem a dualidade educativa. O autor desvelou que o sistema “S” como o SENAI e SENAC, tiveram prioridade nas ofertas do programa com o apoio formal do governo, o qual promove manobras interessantes, alocando essas instituições no mesmo plano categórico institucional que os institutos federais, isso para justificar o financiamento público de ofertas privadas, deixando o segmento público na condição de coadjuvante e permitindo o protagonismo da educação privada. O ponto destacado pelo pesquisador frisa bastante a utilização da EPT em uma perspectiva de negócio, como também já sublinhado por David Hill.



Um Plano de Negócios para a Educação: este se concentra em, socialmente, produzir a força de trabalho (a capacidade das pessoas para trabalhar) para as empresas capitalistas; 2 –um Plano de Negócios na Educação: este se concentra em liberar as empresas para lucrar com a educação; 3 –um Plano de Negócios para as Empresas Educacionais: este é um plano para as “Edubusinesses” (empresas educativas) inglesas e americanas lucrarem com as atividades internacionais de privatização (Hill, 2003, p.26).

Mércia Silva (2013), ao analisar a parceria público-privada na Escola Técnica Estadual Cícero Dias, percebeu, pelas narrativas dos entrevistados, o sentimento de que a presença da empresa parceria OI Futuro contribuiu para que a escola desfrutasse de uma boa e atualizada infraestrutura. Outros resultados da pesquisa são bastante significativos, a saber: A empresa parceira tem influenciado na política educacional do Estado de Pernambuco, em especial, na Escola Técnica Cícero Dias, imprimindo no setor público sua lógica e forma de gestão; há influência dos padrões físicos e dos valores gerenciais da empresa privada na administração da infraestrutura e dos recursos humanos da escola; há influência da lógica gerencial no contexto escolar, estabelecendo metas e indicadores que visem controlar as diversas ações desenvolvidas pela Instituição, bem como, introduzindo no contexto escolar terminologias do mundo corporativo (missão, visão, metas, estratégias, resultados); e há participação da empresa privada na formação continuada dos profissionais de educação no âmbito da Escola e do Estado.

Barbosa (2007), ao investigar as relações entre juventude, trabalho e educação, a partir de uma análise do Programa Nacional de Estímulo ao primeiro emprego, destacou o fortalecimento de ações governamentais, ao invés de se fortalecer as políticas públicas de responsabilidade social. Destaca, de igual modo, as contradições e precarização das ofertas de qualificação profissional, a partir da parceria público-privado, caracterizando, para o autor, uma formação aligeirada, fragmentada e ingênua.

A partir das análises realizadas das produções, resumimos os principais núcleos temáticos a partir de categorias, conforme mostra o quadro abaixo:



Categorias Identificadas	%	Referências
Lógica privada e neoliberal no processo de formação dos/as trabalhadores/as.	45%	Oliveira (2018), Franca (2022), Silva (2013a), Silva (2017)
Lógica privada na gestão administrativa e pedagógica da EPT	11%	Silva (2013b)
Precarização das Ofertas de EPT	11%	Barbosa (2007)
Fortalecimento da articulação com o mundo do trabalho	11%	Martino (2006)
Falta de Controle Oficial do Financiamento Público	11%	Carvalho (2017)
Financiamento público para fortalecimento da Rede Privada	11%	Silva (2017)

Quadro 2: Categorias Identificadas nas teses e dissertações da Capes (1987-2003)

Fonte: Banco de Teses da Capes

Com base nas categorias discutidas, é possível traçar um panorama crítico e analítico da situação atual da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. A predominância da lógica privada e neoliberal na formação dos trabalhadores/as tem conduzido a um cenário onde as necessidades imediatas do mercado de trabalho frequentemente se sobrepõem à formação integral e crítica dos estudantes. Essa influência se reflete não apenas nos currículos orientados para as demandas empresariais, mas também na gestão administrativa e pedagógica das instituições de EPT, que priorizam a eficiência e a lucratividade em detrimento da qualidade educacional.

A precarização das ofertas de EPT, caracterizadas por cursos de curta duração e conteúdos simplificados, reflete uma visão utilitarista da educação, desconsiderando a importância de uma formação sólida e aprofundada. A crescente articulação com o mundo do trabalho, embora necessária para a inserção dos estudantes no mercado, corre o risco de comprometer a autonomia acadêmica e a diversidade de saberes, reduzindo a educação a um mero instrumento de qualificação profissional. Além disso, a falta de controle oficial do financiamento público e o fortalecimento da rede privada de EPT ampliam as desigualdades de acesso e comprometem a universalização e a

qualidade do ensino público, relegando a educação a um espaço onde interesses privados muitas vezes prevalecem sobre o bem comum e a formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas palavras finais, consideramos que é importante retomar algumas questões para pensarmos os desafios da EPT. Em que aspectos as parcerias público-privadas possibilitam a potencialização e democratização das ofertas da Educação Profissional e Tecnológica? Em quais também contribuem para a fragilização e/ou fragmentação das ofertas de EPT? Que processos são considerados e envolvidos durante a institucionalização e gestão das parcerias público-privadas na rede pública estadual de EPT no Amazonas? Quais as limitações e contradições nessas articulações público-privadas no contexto da EPT?

É visível o aumento do interesse das instituições privadas no processo de organização do trabalho pedagógico, na gestão dos processos e na curricularização. Esse interesse é intencional e estreitamente ligado às políticas de cunho neoliberal. Na EPT, assume uma postura ligada à qualificação de pessoas para o “mercado” de trabalho, satisfazendo aos interesses do Capital, em uma perspectiva bastante conhecida: a da mão-de-obra qualificada com conhecimentos mínimos, técnicos e unilateral. Essa perspectiva não considera a indissociabilidade entre cultura, conhecimento, tecnologia, trabalho e sociedade.

Na mesma direção, percebe-se uma expansão duvidosa e mercadológica da EPT, sem dialogar com as necessidades do mundo do trabalho ou com as diferentes dimensões que o permeiam. É necessário que os órgãos reguladores estabeleçam instrumentos normativos relativos à expansão e ao desenvolvimento dessa modalidade de ensino, além de integrar e articular a EPT, em seus vários segmentos e esferas governamentais, entre as redes, organizações e instituições de ensino. Integrar e expandir a EPT em suas distintas dimensões, avaliando-a e refletindo sobre suas ofertas deve ser uma construção coletiva, democrática e para todos. É preciso ter consciência que um projeto de privatização da EPT é um projeto excludente e



antagônico. É um projeto que traz uma nova subjetividade e *ethos* aos trabalhadores, privando-os de seus direitos sociais, marcando-os pela precarização do trabalho e de suas relações.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria F. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ALLAIN, O.; GRUBER, C.; WOLLINGER, P. R. **O que avaliar em educação profissional? Princípios epistemológicos da formação de trabalhador**. In: MORAES, G. H. et al. (org.). Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BARATO, J. N. **Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BARBOSA, Carlos Soares. **Juventude, trabalho e educação: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego em discussão**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estácio de Sá, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Sueli Soares dos; PEREIRA, Daniel Capella. Programa de Classes Descentralizadas na expansão da educação profissional pública paulista: histórico e desdobramentos. **Educ. Pesquisa.**, São Paulo, v. 49, e261780, 2023.

BOGDAN, R. C., & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: www.cnct.mec.gov.br/. Acesso em 30 jun., 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

CARVALHO, Rosani Rios. **A Relação público-privada na implantação do PRONATEC no município de Cáceres-MT**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

CIAVATTA, Maria. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Educação e crise no trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

FERREIRA, N. S. C. **As pesquisas denominadas estado da arte**. Educação & Sociedade, 23(79), 257-272, 2002.



- FRANCA, MARCOS LUIZ DE. **Reforma do novo ensino médio: Parcerias Público-Privadas na oferta da Educação Técnica e Profissional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022
- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6ª ed.) Atlas, 2008.
- HILL, D. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, p.24-59, jul./dez.2003.
- GODOI, J. **A relação público-privado no ensino médio profissionalizante sob a luz da Lei 12.513 de 2011 que institui o Pronatec**. Joinville, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville, 2014.
- KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, v. 28, p. 1153-1178, out. 2007.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marly. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINO, Mariluci Alves. **A importância das parcerias na Educação Profissional**. Tese (Doutorado em Educação e Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; REIS, Elydimara Durso dos; ALENCAR, Felipe. Educação Profissional Paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995-2018). **Revista Brasileira de Educação**. V.27, 2022.
- MORAES, G. H. et al. (org.). **Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.
- OLIVEIRA, Antônio Cardoso. **As parcerias público-privadas na educação profissional: um estudo sobre o Pronatec no município de Pelotas**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, 2018.
- RAMOS, Marise. **Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho educação**. Niterói, 2001. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.
- _____. **História e política da Educação Profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014
- RAMOS, Moacyr Salles; STAMPA, Inêz Terezinha. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: democratização ou precarização da educação profissional? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 393 -407, ago./dez. 2016. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/23609>. Acesso em 01 jun. 2024
- RIBEIRO, M. E. S; CHAVES, V. L. J. **Gestão Educacional: modelos e práticas**. ANPAE, 2012.



SAMPIERE, Hernández; FERNÁNDEZ, Roberto; PILAR, Fernández Carlos y Baptista, **Metodología de la Investigación** – Mc Graw-Hill. 2008.

SILVA, Erbio dos Santos. **Pronatec, educação profissional e a relação público-privada no Pará**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

SILVA, Roseane Nascimento da. **Parceria público privado na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2013a.

SILVA, Mércia Rodrigues Farias da. **O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2013b.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** (5ª ed.). Bookman, 2005.

Data da submissão: 27/08/2024

Data do aceite: 22/10/2024